



ReLePe



**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

INTEGRAÇÃO CURRICULAR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: TENSÕES E CONVERGÊNCIAS

Priscila Martins Diniz
Universidade Cidade de São Paulo - Brasil
E-mail: priscilla.mdiniz@gmail.com

Julio Gomes Almeida
Universidade Cidade de São Paulo - Brasil
E-mail: almeida_gomes@uol.com.br

Trabalho de natureza teórica

Resumo: Este trabalho apresenta dados parciais de uma pesquisa que busca discutir percepções de professores que atuam em uma escola de Ensino Médio sobre a integração desta etapa da Educação Básica com a Educação Profissional. Nesta perspectiva, será realizada uma contextualização do Ensino Médio e da Educação Profissional no cenário político educacional brasileiro, com vistas a compreender em que medida a integração das propostas curriculares são realizadas na escola pesquisada. No desenvolvimento da pesquisa foi adotada abordagem qualitativa e na produção de dados análise bibliográfica e documental que será completada por trabalho de campo realizado por meio da proposição de um questionário e de entrevistas com alguns professores atuantes nessa modalidade de ensino. Como referencial teórico recorre-se a autores como Frigotto (2010), Rego (2006), Aur (2010), Silva (2004) entre outros. E também a textos legais que abordam o tema tais como a Lei 9.394/96 o Decreto 5.154/04, ao Projeto Pedagógico da escola pesquisada etc. Com isso pretende-se também discutir a percepção destes professores sobre a docência no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Palavras Chave: Ensino Médio Integrado. Educação Profissional. Formação Profissional. Políticas Públicas. Integração curricular.

Introdução

Este trabalho apresenta dados parciais de uma pesquisa que busca discutir percepções de professores que atuam no Ensino Médio sobre a integração desta etapa da Educação Básica com a Educação Profissional. O interesse por realizar a pesquisa sobre esse tema está relacionado com a minha atuação profissional enquanto coordenadora pedagógica em uma escola de Ensino Técnico, que integrou a última etapa da Educação Básica com a Educação Profissional. Várias questões foram emergindo e junto com elas a necessidade de encontrar respostas, e a principal delas é sobre a possibilidade de promover a articulação entre as matrizes curriculares de cada modalidade com vistas a construção de um currículo efetivamente integrado.

Nesse sentido parece importante discutir as percepções dos professores sobre o Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico. Pretende-se abordar ainda, no sentido de complementar e contextualizar a investigação acima, quais tem sido as práticas docentes referentes a integração nessa modalidade de ensino.

A relevância pessoal está relacionada à minha atuação como coordenadora pedagógica em instituição pública de Ensino Técnico, momento em que enfrentei dificuldades para coordenar o curso integrado, percebo que a articulação dessas duas modalidades de ensino constituiu-se em um campo de tensão entre os envolvidos. No entanto, essa articulação parece necessária. Uma vez que cada uma dessas modalidades possuem histórias e características próprias, mas com pontos de convergência.

A principal contribuição dessa pesquisa será produzir e sistematizar conhecimento sobre o Ensino Integrado, nesse sentido a pesquisa assume também relevância social, na medida em que essa modalidade de ensino se expande nas escolas de Educação Técnica e também em Instituições particulares em todo o país, portanto a utilização desse conhecimento sistematizado e produzido nessa pesquisa contribuirá para a compreensão do processo de integração por parte dos professores, equipe gestora escolar, formuladores e gestores de políticas públicas educacionais.

Políticas Educacionais da Profissionalização

Os desafios referentes à última etapa da Educação Básica estão na pauta de discussões dos órgãos governamentais e de instituições públicas e privadas, desde a transição para o Brasil República, mas é principalmente após a década de 30, quando se inaugura o governo Getúlio Vargas que iniciativas aconteceram no sentido de dotar a escola de instrumentos que permita a formação de profissionais qualificados pedidos pela indústria nacional em expansão. Porém, somente em 1971, sob o governo militar, que há uma profunda reforma na educação básica promovida pela Lei nº 5.692/71, na Lei da reforma de Ensino de 1º e 2º graus, é que se instituiu o 1º grau de formação, com oito anos e um 2º grau de formação com três ou quatro anos,

um aspecto extremamente relevante, e, ao mesmo tempo polêmico, foi o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau.

[...] introduzindo a Educação Profissional como algo obrigatório para todos os estudantes. Passa-se de uma escola que via a educação profissional como algo reservado aos pobres para uma escola que vê a educação profissional como algo destinado a todos aqueles que a frequentem. Profissão para todos é o objetivo da nova escola de 1º e 2º graus, criada pela Lei nº 5.692/71, a qual introduz a obrigatoriedade da educação profissional, denominada como *formação especial*, que, ao lado da *educação geral*, vem compor a proposta educativa da escola (SILVA, 2004, p. 177).

Desse modo se rompe com a tradição secular que não vinculava o Ensino Médio ao mundo trabalho, tornando obrigatória a aquisição de uma profissão pelo estudante, mesmo aquele que buscava o 2º grau apenas como caminho para o ensino superior. A exigência legal imposta às escolas, aliada a crônica falta de recursos para a educação para prover a contratação de pessoal adequado, instalação de equipamentos e materiais adequados, fez com que grande parte das escolas optassem por ramos de atividade técnica com baixo custo para sua sustentação e sem levar em conta as necessidades do mercado de trabalho.

[...] surgiu, assim, um contingente de habilitados sem perspectiva de emprego, que continuava a aspirar ao ensino superior, mas, agora, insuficientemente preparados, pois sem a educação geral adequada. Por outro lado, as escolas que tradicionalmente forneciam educação geral para uma clientela pouco interessada em profissionalizar-se no 2º grau e que se dirigiam para o ensino superior, obrigadas a “inventar” habilitações desnecessárias e incômodas aos seus alunos, iniciam luta aberta pela revogação da obrigatoriedade da profissionalização (SILVA, 2004, p.178).

Nesse processo pode-se observar um acentuado aumento do ingresso de estudantes oriundos da classe média nas escolas privadas, em busca de garantir uma formação que lhes permitisse a continuação dos estudos no nível superior.



Esse cenário de desagrado por parte de mantenedores de escolas de 2º grau, especialistas da educação e professores, resultou em uma flexibilidade introduzida pelo Parecer do Conselho Federal de Educação nº 76/75, que considerava a possibilidade de os cursos não levarem a uma formação técnica, e finalmente em 1982, com a Lei nº 7.044/82 se extinguiu a profissionalização obrigatória nessa etapa do ensino. Essa Lei introduziu o conceito de *preparação* para o trabalho, em vez de *qualificação* para o trabalho, sendo que essa mudança traz uma proposta de educar para a vida produtiva e responsável, para o exercício do trabalho, mas sem direcionar-se para uma ocupação específica. Essa medida legal veio liberar as escolas que não desejavam oferecer Educação Profissional, ficando o ensino técnico nas mesmas condições que antecederiam a Lei criada em 1971.

O dualismo nesse momento, porém, difere do período anterior a LDB de 1961, já que ocorre preservando a equivalência entre os cursos propedêuticos e técnicos[...] [no primeiro caso, o ideário social mantinha o preceito de que o ensino técnico destinava-se aos filhos das classes trabalhadoras, cujo horizonte era o mercado de trabalho, e não o ensino superior...] Com isto, os estudantes que cursavam o ensino técnico ficavam privados de uma formação básica plena que, por sua vez predominava nos cursos propedêuticos, dando, àqueles que cursavam esses cursos, vantagens em relação às condições de acesso ao ensino superior e à cultura em geral (FRIGOTTO, 2010, p.34).

Com a mobilização do país com novas demandas sociais, culturais, econômicas e políticas é que em 1996 se fixou as diretrizes e bases da educação no Brasil com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, que denomina o 2º grau de formação como Ensino Médio e o integra à Educação Básica. A essa etapa da Educação Básica nos termos desta lei poderia ser acrescida a formação profissional que prepararia o estudante para o exercício de profissões técnicas.

Seguindo a proposta de se efetivar mudanças na legislação do país por meio de decreto, surge o Decreto nº 2.208/97 que regulamentou a Educação Profissional e sua relação com o Ensino Médio. Com ele se proíbe a pretendida



formação integrada e regulamenta as formas fragmentadas e rápidas de Educação Profissional.

É esta gênese do processo polêmico que envolveu educadores, formadores, dirigentes e consultores de sindicatos, de ONGs e de instituições empresariais durante todo o ano de 2003, retomando a disputa que culminou na aprovação do Decreto nº 5.154, de julho de 2004. (FRIGOTTO, 2010, p.26)

Esse novo Decreto nº 5.154 revoga o Decreto nº 2.208/97 e dentre outras medidas, resgata o Ensino Médio integrado com a Educação profissional técnica, tornando-o novamente uma opção para várias instituições de ensino no país. Essa disputa política é citada por Frigotto (2010, p.26)

[...] essa revogação do antigo decreto tornou-se emblemática da disputa e expressão pontual de uma luta teórica em termos de pertinência político-pedagógica do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. O documento é fruto de um conjunto de disputas e, por isso mesmo, é um documento híbrido, com contradições.

A partir desse decreto, o Ministério da Educação - MEC adota estratégias para a ampliação e melhoria do Ensino Médio apoiadas em vários eixos. No início de 2011, com o objetivo de ampliar o acesso à Educação Profissional dos jovens do Ensino Médio e dos trabalhadores sem formação, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513/2011.

A realização dessa pesquisa vem se constituindo em ocasião de discussões importantes sobre o Ensino Médio e sua integração à Educação Profissional considerando a percepção daqueles que atuam nesta etapa da Educação Básica.

Como local para realização da pesquisa foi escolhido uma unidade do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza -CEETEPS - autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, que administra Faculdades de Tecnologia – Fatecs - e Escolas Técnicas Estaduais –Etecs, onde já oferecia

em suas unidades o Ensino Médio, e a partir do Decreto nº 5.154/04 inicia o processo de implantação do ETIM - Ensino Técnico Integrado ao Médio.

O horizonte desta modalidade de Ensino Integrado, segundo o Decreto nº 5.154/04 é a inserção do aluno no mundo do trabalho, assegurando que ele receba uma educação de qualidade, que garanta a esse jovem a aquisição de competências essenciais para o desenvolvimento da cidadania. Para tanto, o referido decreto, na sua exposição de motivos, mostra que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu artigo 39 apregoa que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Desse modo, conclui-se que a integração da educação profissional com o processo produtivo e com o desenvolvimento científico-tecnológico, é antes de tudo um princípio a ser seguido.

Hoje o denominado Ensino Médio, ou última etapa da Educação Básica tem sido foco da preocupação de vários pesquisadores, dentre eles Silva (2004), Frigotto (2010), Ciavatta (2010) e Ramos (2010), por ser um dos graus de ensino que mais carecem de clara definição, no que se refere a sua finalidade específica. Formar o cidadão, o profissional, e preparar para a continuidade de estudos são finalidades atribuídas ao Ensino Médio pela LDB.

A questão principal é a preponderância de uma sobre as outras destas dimensões, dentro deste contexto, as discussões sobre o Ensino Integrado emergem da junção de tendências que tradicionalmente foram tratadas como antagônicas, ou seja o Ensino Propedêutico e o Ensino Profissionalizante. Com isso pretende-se a superação dos efeitos do tratamento dualístico que, ao longo da história, tem deixado como reflexo a falta e clareza sobre a identidade e propósitos do Ensino Médio.

Metodologia

No desenvolvimento da pesquisa será adotada abordagem qualitativa e os dados serão produzidos por meio de análise bibliográfica e documental que será completada por trabalho de campo realizado por meio da proposição de um questionário composto por questões abertas e fechadas aos professores

que atuam em uma ETEC localizada na cidade de São Paulo. Este trabalho apresenta dados da primeira fase da pesquisa na qual foi realizada a análise documental, a partir do estudo da literatura e de legislações pertinentes.

Considerações

O Decreto nº 5.154 de 2004, que propõe a regulamentação do Ensino Integrado, em seu texto oficial, apresenta uma intenção clara no sentido de integração do Ensino Médio com a Educação Profissional, porém percebe-se grande dificuldade de trabalho em conjunto no cotidiano das escolas para promover essa integração.

Os dados iniciais da pesquisa revelam que o processo de implantação dos cursos integrados fez emergir alguns questionamentos, dentre os quais vale destacar, o que se refere à integração entre os componentes da base comum do Ensino Médio, com os componentes curriculares do Ensino Técnico, por parte dos professores e equipe gestora pedagógica das instituições.

Os dados revelam ainda que, embora em alguns momentos, a legislação e os teóricos reconhecessem o valor do Ensino Propedêutico, colocam como foco o Ensino Profissionalizante; E em outros momentos da história da educação no Brasil, embora a legislação e os teóricos reconhecessem o valor do Ensino Profissionalizante, o foco foi o Ensino Propedêutico.

Hoje, a integração do Ensino Médio com o Ensino Profissionalizante traz marcas dessa dualidade, e enfrenta o grande desafio de tratar de forma integrada essas duas modalidades de ensino, que tendencialmente foram tratadas de forma antagônica.

Neste contexto emerge como desafio da pesquisa, entender a percepção de professores sobre a docência no Ensino Médio Integrado, em uma escola onde foi implantada essa modalidade de ensino, para isso na segunda fase da pesquisa, objetiva-se discutir essa percepção a partir da voz desses professores.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional LDB.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.154, de 23/07/2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Coletânea de Leis da Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Básica. **Proposta de experiência curricular inovadora no ensino médio**. Brasília: MEC/CNE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 5/2011**, aprovado em 5 de maio de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/CNE, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26/10/2011. Institui o **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Coletânea de Leis da Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Documento base. Brasília: MEC, 2007.

AUR, B. A. Integração entre o ensino médio e a educação profissional. In: REGATTIERI, M. e CASTRO J.M. (Orgs.). **Ensino Médio e Educação Profissional: desafios da integração**. 2. Ed. Ver. Brasília: UNESCO, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEY, A. **Política Educacional: organização e estrutura da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas Públicas para o ensino profissional: O processo de desmantelamento do Cefets**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

SILVA, J. M. Educação Escolar e Trabalho no Brasil: O Ensino Médio. In: **Educação Básica: políticas, legislação e gestão: leituras**. MENESES, J. G. de C. e outros autores. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.